

RODRIGUES DE BRITO: UM LIBELO CONTRA O COLONIALISMO

Já foi várias vezes ressaltada a importância do período 1800-1850 para a mudança dos rumos da economia brasileira. Muitos acham que a data de 1850 (evidentemente, sem nenhum rigor cronológico) corresponderia melhor a uma nítida transformação econômica. (1) Se se considerasse apenas os efeitos, a segunda metade do século XIX registraria, sem dúvida, o início da expansão, mas se se quisesse dar maior ênfase aos condicionamentos da expansão — ênfase merecida, pois intensificar os efeitos — então toda a primeira metade do século preenche-se de maior significado, construindo o verdadeiro *divortium aquarum*.

Seria suficiente apontar o colonialismo como o principal fator negativo da História Econômica do Brasil, para fixar o marco decisivo na data da Independência. Por mais que se fale em neocolonialismo, o momento de 1822 foi crucial, modificando profundamente a relação Renda Interna/Renda Nacional. Entretanto, não foi só isso: uma série de fatores nega-

(1) Assim, Maurício Vinhas do Queiroz, num excelente estudo: "O ano de 1850 é um marco na história social e econômica do Brasil" (C. págs. 141). Cita a opinião de Alan K. Manchester, a respeito do período que começou em 1850: "A centralização do poder e a estabilidade do Governo foram acompanhadas por um período de desenvolvimento econômico. M. V. da Silva descreve, com certa razão, a 'moderação' econômica, superficial e imitativa, que se iniciou naquela época. Mas não se deve passar por aquela fase para chegar a formas culturais mais profundas? Certo. Furtado reconhece, também, a primeira metade do século XIX por ter-se verificado 'estagnação econômica'; mas isso não é ministrar a importância das raízes que tinham dar frutos mais tarde?"

tivos desapareceram, ou preparavam-se para desaparecer, no período anterior a 1822 e alguns decênios depois desta data. (2) Já verdade que, conforme cálculos ainda precários, porém aceitáveis (3), a Renda *per capita* ficou estacionária entre 1800 e 1850, mas é justamente este fenômeno que é importante: depois de uma queda secular desta Renda, ela *deixa de cair* entre 1800 e 1850, para começar a subir na segunda metade do século. O mesmo fato, apresentado dentro de uma perspectiva global, toma outra significação: não é mais uma simples estagnação, mas sim, o marco da mudança de direção. Se, na curva representativa da evolução da renda *per capita*, o período 1800-1850 corresponde ao ponto mais baixo, várias alterações devem ter acontecido exatamente naquele período para permitir a futura direção ascendente da curva. A época de Mauá só foi possível graças à de Cairu.

Interpretar as mudanças surgidas na primeira metade do século XIX através das "contradições" marxistas parece-me exercício forçado, só para enquadrar a História nos moldes da dialética histórica. (4) Uma concepção menos rígida admite que vários fatores — políticos, sociais, culturais e, evidentemente, econômicos — contribuíram para a mudança dos rumos. Se a Revolução Francesa desempenhou papel primordial do ponto-de-vista das ideologias liberais, anticolonialistas, e se ela, por sua vez, se explica em grande parte (mas não totalmente) por causas econômicas e sociais, outros elementos intervieram, em que o fator econômico-social aparece menos nitidamente. Consideremos a Independência — fato fundamental, por ter eliminado o vínculo colonial e, portanto, a causa da drenagem de recursos para a Metrópole, bem como das interdições impostas à vida política, econômica e cultural do Brasil. O elemento casual, próprio à vida humana, não pode ser desprezado: parece-me difícil colocar em termos de "contradições sociais" a aventura de Napoleão, as suas tribulações, e a invasão de Portugal e a fuga da Corte para o Brasil, causa imediata da Independência.

(2) V. *supra*, págs. 219-224: "Raízes Históricas do Desenvolvimento Econômico do Brasil".

(3) M. Buescu — V. Tapajós — XXI, págs. 167-168.

(4) A título de curiosidade, vale citar que, num livro de interpretação da formação histórica do Brasil, a palavra "contradição" aparece não menos de 66 vezes nas 41 páginas dedicadas à Independência.

Uma interpretação mais ecletica, que assenta melhor à complexidade da vida humana, deve admitir a cooperação de vários condicionamentos — políticos, económicos, sociais, culturais para a mudança de rumos que se preparam no período decisivo de 1800 a 1850. (4) A importação dos elementos humanos e culturais dificilmente poderia ser minimizada na explicação do fenómeno; a formação de uma elite intelectual, em que se incluíram tantos como José Bonifácio, Cairu, Alves Branco, Feijó e outros, e que iria tomar as decisões referentes à vida económica do país; a difusão de idéias através de contatos com viajantes de alto gabarito cultural, tais como Eschwege, Spix, Martius e outros; a difusão das idéias graças ao aparecimento da imprensa; a implantação, embora limitada e deficiente, de um sistema educacional; o crescimento da classe média, não apenas em decorrência da expansão das atividades terciárias, mas também, de forma imprevista e repentina, graças à mudança da Corte; a intensificação da imigração branca, de níveis tecnológicos e de consumo mais elevados, como reflexo da abolição do tráfico escravagista. (5)

Condições económicas foram, sem dúvida, igualmente importantes: o surto do café, evidente já no reinado de D. João VI e em plena ascendência nos anos seguintes, constituiu um importante núcleo de capitalização e sustentáculo para o indispensável setor externo; (7) a abolição do tráfico negroiro que, além de provocar a imigração de mão-de-obra de nível mais elevado, começou a eliminação de um sistema de trabalho mais conhecidamente nocivo para o desenvolvimento e liberou capitais para outras atividades produtivas; a criação de novos quadros jurídico-económicos, tais como a instituição, inicialmente infeliz, de um banco nacional. (8)

(5) Com referência à Independência, Pandá Calogeras adota posição ponderada em vez das «contradições sócio-económicas» do materialismo histórico: «Dificilmente se poderiam manter os laços de união entre os dois reinos, tão diversas eram as mentalidades, as práticas e os recursos... Era demasiado o número das forças dissociadoras em ação. (XXV, pág. 106).

(6) Nos três decênios anteriores a 1850 a imigração total de brancos foi de, apenas, 16,066 pessoas; na primeira década após 1850 foi de 108,045; em toda a segunda metade do século XIX, a entrada foi de 2,066,483 pessoas.

(7) Buarque de Holanda — LXIV — vol. II-1, págs. 11-12.

(8) Afonso de E. Taunay — CXIII, pág. 49.

(9) O primeiro Banco do Brasil (1808-1823) apresentou muitos defeitos, mas seu papel pioneiro não pode ser desprezado.

Crítica-se, neste ponto, o liberalismo consubstanciando na abertura dos portos e, sobretudo, nos tratados com a Inglaterra. No que tange à primeira providência, deve-se observar que a mudança da Corte para o Brasil imprimiu a rejeição da premissa colonial, e sob este aspecto a abertura dos portos foi um prenúncio da libertação económica. O fato deve ser apreciado no conjunto dos seus efeitos, em que se englobam alguns positivos, tais como a abertura dos horizontes culturais, a eliminação dos entraves coloniais, a revolução dos hábitos comerciais. (9)

Quanto aos tratados com a Inglaterra, explicados como o preço que Portugal teve de pagar para garantir a sua sobrevivência na tempestade napoleónica, implantaram, sem dúvida, um regime de proteção totalmente insuficiente para um país no início de sua atividade económica autónoma. Uma taxa alfandegária de apenas 15% para as mercadorias procedentes do principal fornecedor do País, estendida, subsequentemente, a Portugal e, mais tarde, aos demais parceiros comerciais, não podia conferir a proteção indispensável às excentricidades industriais a serem implantadas no País. O passo decisivo foi dado com a tarifa protecionista de Alves Branco, em 1844. As atividades de Mará foram condicionadas por aquela nova situação.

Não é preciso adotar posições marxistas a respeito do imperialismo para reconhecer o interesse da Inglaterra em obter um regime preferencial para suas mercadorias. E afinal, quando a situação mudou e as tarifas foram elevadas, a Inglaterra não declarou a guerra ao Brasil.

Quanto ao liberalismo dos dirigentes do País naquele início de século, deve ser lembrado, em sua defesa, o impacto das idéias da Revolução Francesa, do liberalismo filosófico, político e social, portanto, dos ensinamentos da escola liberal inglesa. Todos invocam a autoridade de Adam Smith, e ao invocá-la consideram-se coerentes: liberdade (em oposição aos séculos de colonialismo), significa liberalismo.

Um pequeno trabalho redigido em 1807 — antes da mudança da Corte, portanto em pleno regime colonial — é ex-

(9) Hélio Vianna — CXCVII — vol. II, págs. 22; S. Buarque de Holanda, op. cit., págs. 82. Pode ser lembrado, também, o testemunho de Mará a respeito da influência benéfica de certos comerciantes ingleses (LXXV, págs. 101).

pressivo como manifestação de um novo espírito liberal que, em nome da doutrina de Adam Smith, critica toda a política econômica da Metrópole. Trata-se da resposta dada por João Rodrigues de Brito à indagação feita à Câmara da Bahia pelo Governador Conde da Ponte.⁽¹⁰⁾

As próprias perguntas parecem manifestar dúvida a respeito do papel das imposições coloniais. Indaga-se se existem causas opressivas contra a lavoura e, no caso afirmativo, se podem ser evitadas; se a lavoura progrediu e por que causas; se o comércio "sofre algum vexame"; se os contrabandistas prejudicam o comércio; e se maior liberdade de comércio beneficiaria a lavoura. As dúvidas existiam entre os próprios governantes, mas a resposta de Rodrigues de Brito, apesar de certas reminiscências mercantilistas, representa uma tomada de posição nitidamente liberal. E o seu liberalismo é, de fato, um libelo contra o colonialismo.⁽¹¹⁾

Quando deve responder à pergunta se há causas opressivas à lavoura, Rodrigues de Brito, sem criticar diretamente a Metrópole, aponta os reflexos da política metropolitana: falta de liberdade, falta de facilidades e falta de instruções (para aproveitarem-se as liberdades e as facilidades).

Persistem as idéias tradicionais favoráveis à monocultura (para ele a cultura da cana é "e será sempre o rumo mais importante" da economia), mas entrem-se os perigos que a mudança da conjuntura apresenta para uma economia monocultural.⁽¹²⁾

A enumeração dos aspectos cunhados como "falta de liberdades" representa uma discreta, porém decidida tomada de posição contra as limitações que a Metrópole introduziu para defender seus interesses, às vezes mal compreendidos: limitação

(10) A indagação foi respondida, também, por outros, mas a resposta de Rodrigues de Brito é a mais completa e profunda. Foram publicadas sob o título: A ECONOMIA BRASILEIRA NO ALVOBECER DO SÉCULO XIX (XVII).

(11) A diferença de mentalidade entre um brasileiro da nova geração e os antigos dirigentes ligados à Metrópole, aparece ao comparar-se o libelo de Rodrigues de Brito com as obras de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho (XII). Neste acha-se um verdadeiro ódio pelas novas idéias liberais. A economia brasileira é focalizada apenas sob o ângulo dos interesses metropolitanos. E a economia é justificada com todos os argumentos políticos e ideológicos possíveis.

(12) Rodrigues de Brito — op. cit., págs. 155 e 162.

da escolha da produção agrícola.⁽¹³⁾ limitação da produção industrial (a referência principal é ao Alvará de 1785, que proíbe as indústrias, com exceção da produção de panos grosseiros para escravos), limitação das áreas e das épocas do comércio. Não era esta última reivindicação um ataque disfarçado contra a intermediação compulsória da Metrópole?⁽¹⁴⁾

O libelo dirige-se, ao mesmo tempo, contra os monopólios criados mediante as disposições proibitivas: interdição de fundar engenhos ou outras empresas a não ser cumprindo complicadas formalidades, e que encarece o empreendimento ou o torna inacessível, garantindo posição privilegiada aos proprietários existentes. Dentro do mesmo pensamento, sustenta que não devem ser impedidos os intermediários compradores: de um lado, maior número de compradores provocará a elevação dos preços, portanto beneficiará os lavradores; do outro, a concorrência entre os intermediários diminuirá seus lucros, beneficiando os consumidores.⁽¹⁵⁾

A sua oposição, em nome do liberalismo, aos entraves, impostos, controles, limitações e proibições, é a revolta disfarçada contra a política colonial. As liberdades que ele pleiteia, em nome da nova doutrina, implicam no abandono dos próprios fundamentos do colonialismo, sobretudo nos seus moldes mercantilistas. O papel desincentivador dos inúmeros controles e da excessiva tributação (a favor da Metrópole, subentende-se, pois mais adiante Brito mostrará que pouco foi feito pela Colônia) reflete-se na baixa produtividade da lavoura.⁽¹⁶⁾

(13) Neste ponto, Brito, ligado ainda à idéia monocultural, insurge-se contra a disposição tomada pela Província de 28 de abril de 1767 obrigando os lavradores a plantarem 500 covas de mandioca por escravo empregado, e «os negacientes de escravos tanto quanto fôr necessário para sustentarem os escravos» (pág. 53). Entretanto, opondo-se aos interesses dos proprietários de culturas de cana, insurge-se contra a proibição de criar gado na faixa de 10 léguas do litoral.

(14) «Os (produtos da lavoura) mandar vender em qualquer lugar, por qualquer caminho, e pelo ministério de qualquer pessoa, de que se quiserem servir, sem duma ou formalidade alguma» (ibidem).

(15) Ibidem, págs. 73-78.

(16) São várias as medidas contra as quais Brito se levanta, além daquelas já citadas: obrigação de vender os produtos agrícolas apenas em certos lugares e através de certos intermediários, obrigação de levar os produtos ao celeiro público, obrigação de pagar, fora do celeiro, uma série

É, qual a solução proposta por Rodrigues de Brito? A eliminação, parcial ou total, da intermediação imposta pela Metrópole, a redução ou a isenção dos tributos. Ali o tom do libelo cresce e chega a afirmações como estas: "Tolher aos lavradores a liberdade de vender os seus gêneros no lugar em que têm maior valor, é o mesmo que roubar-lhes uma porção desse valor". E, depois, em outro lugar: "Toda esta massa de encargos de qualquer natureza que sejam, equivale quanto aos efeitos, a um roubo que se fizesse nos miseráveis vivandeiros". (17) O ataque não podia ser mais frontal. Liberalismo? Sem dúvida, mas também, simultânea e implicitamente, anti-colonialismo.

É o libelo chega a abandonar as posições propriamente liberais, para proceder a uma crítica direta da política metropolitana, face à insuficiência dos investimentos feitos na Colônia, particularmente para a infra-estrutura: falta de transportes, isto é, de estradas, pontes, vias fluviais, reduzida urbanização, policiamento insuficiente, estruturas político-sociais a saúde pública e para a redução da taxa de mortalidade, escassez de capitais e de crédito e inexistência de uma organização bancária, justiça falha, cara e morosa, nível cultural extremamente baixo sem ter-se criado um sistema educacional para elevá-lo, etc. (18)

A crítica do sistema leva Rodrigues de Brito a uma ampla análise desenvolvimentista, apontando os fatores negativos que explicavam o comportamento da economia brasileira

de impostos e licenças, obrigação de conduzir o gado por certas estradas, vendê-lo em determinados lugares e por intermédio de determinados agentes, e colocá-lo em determinados currais. (op. cit., págs. 58-64).

(17) Op. cit., págs. 58 e 62. Notei em outro lugar a possível repetição, a longo prazo, dessa identificação do poder público com a Metrópole exploradora, no sentido da implantação de uma atitude de desconfiança e de hostilidade do cidadão em relação ao poder público, mesmo depois da Independência (M. Buescu — V. Tapajós — op. cit., págs. 127-128).

(18) Brito critica especialmente os privilégios conferidos aos proprietários e o sistema político que permite a manutenção dessas privilégios.

(19) Rodrigues de Brito — op. cit., págs. 82-86, 94-95, 103-113 e 123-124.

236

naquele momento — fatores decorrentes, na sua quase unanimidade, da política colonialista. Com desconunal discernimento ele observa, nos grupos sociais, atitudes nocivas, tais como a propensão para ociosidade a respeito da qual descolore, com propriedade, uma das principais causas na extensão da escravidão: a existência de um grande número de escravos em um convite para jogar em cima deles o ônus da produção e da poupança. (20)

É interessante comparar a opinião mais moderna de Brito a respeito da escravidão como, por exemplo, a de J. J. Cunha Azeredo Coutinho, a um intervalo de menos de dez anos. São duas épocas que já se opõem. Uma certa interpretação "antiimperialista" explicará a luta contra a escravidão como um jogo de interesses da Inglaterra industrializada contra os latifundiários escravagistas. A explicação não é desprezível — mas não é exclusiva. O confronto entre as opiniões de Brito e Azeredo Coutinho mostra uma evolução ideológica que ultrapassa a interpretação "antiimperialista".

De fato, Brito não chega a tomar uma posição nitidamente antiescravagista. Firmemente, ele não levanta barreiras morais contra a escravidão. Mas os argumentos econômicos aparecem com bastante clareza. É o desincentivo à produtividade que importa mais, uma vez que a escravidão não oferece ao agente produtor a devida recompensa: "O trabalho só é ricamente produtivo, onde quem trabalha colhe os frutos". Por isso, Brito não se revolta tanto contra a escravidão em si, mas sim contra a impossibilidade de sair-se dela: "Se pudessem (os escravos)... remir-se do cativeiro mediante o justo preço adquirido por serviços relevantes... a consoladora esperança dessa felicidade animaria suas atividades". (21) Posição ainda tímida, mas bem diferente da assumida por um Azeredo Coutinho que, homem da época já superada, podia escrever linhas como estas: "Dez ou quinze mil homens vivos, ainda deprecáveis e escravos em qualquer parte do mundo, são de uma grandíssima utilidade não só para a humanidade e para o bem

(20) Ibidem, pág. 99.

(21) Ibidem.

geral das nações, mas ainda para a nação vencedora, e talvez para a vencida". (22)

Com todas as restrições que possam ser feitas, as opiniões liberais de Rodrigues de Brito constituem a manifestação de um espírito novo que, em nome do liberalismo, devia preparar a Independência — e um verdadeiro *new deal* depois de mais de 300 anos de vida colonial.

ESQUEMA DA HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

(Continuação)

7. Da chegada da Corte até a Primeira Guerra Mundial

7.1 Quadro histórico

- 1808 — Mudança da Corte para o Brasil
- 1810 — Movimentos de libertação na América Latina
- 1815 — Congresso de Viena
- Reino Unido do Brasil
- 1817 — Revolução de Recife
- 1822 — Proclamação da Independência
- 1824 — Carta outorgada
- 1828 — Independência da República Cisplatina
- 1834 — Ato Adicional
- 1835 — Revoluções (Farroupilha, Cabanas, Malês)
- 1837 — Salinada na Bahia
- 1838 — Balaiada no Maranhão
- 1840 — Matioridade de D. Pedro II
- 1847 — Revolução Praieira em Pernambuco
- Quero na Califórnia
- 1848 — Revolução na Europa. Manifesto Comunista
- 1849 — Ouro na Austrália
- 1851 — Guerra contra Rosas
- 1861-1865 — Guerra de Secessão nos Estados Unidos
- 1863 — Guerra contra Aguirre
- 1865 — Guerra contra Solano Lopez
- 1869 — Abertura do Canal de Suez
- 1870 — Unificação da Alemanha
- 1878 — Congresso de Berlim
- 1889 — Proclamação da República
- 1891 — Primeira Constituição Republicana
- Enciclica *Rerum Novarum*
- 1893 — Revolução federalista no Rio Grande do Sul
- 1896 — Guerra de Canudos
- 1899 — 1.ª Conferência Internacional de Haia
- 1907 — 2.ª Conferência Internacional de Haia

(22) Análise sobre a Justiça do Comércio do Resgate dos Escravos da Costa da África (J. J. da Cunha Azeredo Coutinho — op. cit. págs. na 24). É interessante notar outro argumento a favor da escravidão: «O homem detur os seus direitos naturais da necessidade de sua existência» (ibidem, pág. 229). Não parece a conclusão inevitável da posição assumida pelo materialismo histórico?